

Ricardo Negrão

Curso de Direito
**COMERCIAL E
DE EMPRESA**

Recuperação de Empresas,
Falência e Procedimentos
Concursais Administrativos

3

17ª edição
2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva grah

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Daniela Nogueira Secondo
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação NSM Soluções Gráficas

Revisão Elaine Pires

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marti Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Bartira

ISBN 978-85-536-0773-0 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

N385c Negrão, Ricardo

Curso de Direito Comercial e de Empresa –
v. 3 / Ricardo Negrão. – 17 ed. – São Paulo :
Saraivajur, 2023.

808 p.

ISBN: 978-65-5362-754-3 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Comercial. 3. Direito de
empresa. I. Título.

CDD 346.07
CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial	346.07
2. Direito comercial	347.7

Data de fechamento da edição: 21-11-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

15748

CL

607995

CAE

818229

Índice

<i>Abreviaturas</i>	VII
<i>Ao Leitor</i>	XI

LIVRO I

TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução	5
1.1. Origem etimológica da palavra “falência”	5
1.2. História	6
1.2.1. Primórdios	6
1.2.2. Fases do Direito Falimentar – as Ordenações	8
1.2.3. Fase imperial	11
1.2.4. Fase republicana	13
1.2.5. Fase pré-empresarial	15
1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93	15
1.2.7. Tendências do Direito Internacional	18
1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005	22
1.2.9. Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020	24
2. Características e destinação legal	27
2.1. Destinação legal	27
2.2. Conceito de empresário	28
2.2.1. Evolução do conceito de empresário	29
2.2.1.1. Quadro-resumo	31
2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade em- presarial	31
2.3. Casos de não incidência	36
2.3.1. Casos de não incidência absoluta	36
2.3.2. Casos de não incidência relativa	38

2.4.	Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa.....	44
2.5.	Quadro-resumo	50

PARTE II – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3.	Procedimento de verificação de crédito	53
3.1.	Momento para a verificação de créditos	53
3.2.	Processamento das declarações tempestivas de crédito	55
3.2.1.	Do pedido	59
3.2.2.	Requisitos da petição inicial	60
3.2.3.	Do processamento do pedido	64
3.2.4.	Impugnações aos pedidos.....	65
3.2.5.	Julgamento dos pedidos e das impugnações	67
3.2.6.	Impugnação de crédito trabalhista	68
3.2.7.	Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado.....	70
3.2.8.	Do incidente de classificação de crédito público na falência (instituído na LREF-20).....	71
3.3.	Procedimento das habilitações retardatárias.....	72
3.4.	Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários	76
3.5.	Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito.....	77
3.6.	Das conciliações e das Mediações Antecedentes ou Incidentais aos Processos de Recuperação Judicial.....	79
4.	O administrador judicial	81
4.1.	Funções do administrador judicial e sua natureza.....	81
4.2.	Classificação dos atos do administrador judicial.....	84
4.3.	A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial.....	91
4.4.	Impedimentos e incompatibilidades.....	96
4.5.	Substituição e destituição do administrador judicial	98
4.6.	A remuneração do administrador judicial	99
4.7.	Responsabilidade do administrador judicial.....	104
4.8.	Prestação de contas.....	104
5.	Comitê e assembleia geral de credores	105
5.1.	Conceitos	105
5.2.	Origens do Comitê de Credores	105
5.3.	Constituição do Comitê de Credores.....	109

5.4.	Composição do Comitê de Credores	110
5.5.	Regime jurídico do Comitê de Credores	113
5.6.	Origens da assembleia geral de credores.....	116
5.7.	Atribuições da assembleia geral de credores.....	117
5.8.	Regime jurídico da assembleia geral de credores.....	118
5.9.	O exercício do voto na assembleia geral de credores	122
5.10.	Efeitos das deliberações	128

LIVRO II

DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6.	Disposições comuns às formas de recuperação	133
6.1.	Crise econômico-financeira.....	133
6.2.	Formas de recuperação	135
6.3.	Princípios norteadores	136
6.4.	Requisitos	140
6.4.1.	Requisitos comuns e especiais	140
6.4.2.	Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial.....	140
6.4.3.	Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial da companhia aberta.....	143
6.4.4.	Impedimentos.....	144
6.5.	Legitimidade ativa	147
6.5.1.	A questão do sócio remanescente	147
6.5.2.	A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público	148
6.5.3.	Do pedido recuperatório simultâneo.....	151
6.6.	Distinções entre os instrumentos legais.....	155
6.6.1.	Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial	155
6.6.2.	Distinção quanto ao universo de credores.....	157
6.6.3.	Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores.....	160
6.6.4.	Distinção quanto ao procedimento.....	161
6.6.5.	Distinção quanto às restrições à administração da empresa.....	161
6.6.6.	Distinção quanto aos meios de recuperação	163
7.	Meios de recuperação	167
7.1.	Classificação.....	167

7.2.	Meios dilatórios, remissórios ou mistos	169
7.3.	Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa.....	170
7.4.	Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa.....	176
7.5.	Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa.....	183
7.6.	Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa.....	187
8.	Recuperação judicial.....	189
8.1.	Fases do procedimento	189
8.2.	Fase do pedido e de processamento.....	190
8.2.1.	Apresentação do pedido	190
8.2.1.1.	Documentação contábil	191
8.2.1.2.	Certidões e documentos que constam do Registro Público	194
8.2.1.3.	Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil	195
8.2.2.	Decisão de processamento	197
8.3.	Fase do plano de recuperação.....	207
8.3.1.	Limitações ao plano	208
8.3.2.	Publicação do aviso.....	210
8.4.	Fase de concessão e cumprimento.....	211
8.4.1.	Objeção dos credores	211
8.4.2.	Convocação da assembleia geral.....	211
8.4.3.	Deliberação sobre o plano apresentado.....	212
8.4.4.	Constituição do Comitê de Credores	220
8.4.5.	Apresentação de certidões.....	222
8.4.6.	Decisão de concessão.....	224
8.4.7.	Efeitos da decisão de concessão.....	225
8.4.8.	Situações não atingidas pela sentença concessiva.....	232
8.4.9.	Recurso.....	234
8.4.10.	Período de cumprimento	234
8.5.	Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário.....	238
8.5.1.	Procedimento de recuperação judicial para os processos em andamento até a data da vigência da LREF-20.....	238

8.5.2.	Procedimento de recuperação judicial para os pedidos ajuizados após a data de vigência da LREF-20.....	239
8.6.	Recuperação judicial especial	240
9.	Convolação de recuperação em falência.....	245
9.1.	Causas que acarretam a convolação de recuperação em falência	245
9.2.	A não apresentação do plano (art. 73, II)	247
9.3.	A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III).....	247
9.4.	Deliberação da assembleia geral (art. 73, I)	248
9.5.	Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV)	249
9.6.	Descumprimento de parcelamento	250
9.7.	Esvaziamento patrimonial da devedora.....	251
9.8.	Efeitos da convolação.....	252
10.	Recuperação extrajudicial.....	255
10.1.	Conceito e noções.....	255
10.2.	Pedido de recuperação extrajudicial.....	256
10.3.	Documentação necessária.....	257
10.4.	Procedimento da recuperação extrajudicial.....	257
10.5.	Efeitos da sentença homologatória.....	259
10.6.	Recurso e outras formas privadas de acordo	259

LIVRO III

DA FALÊNCIA

PARTE I – SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11.	Caracterização e pressupostos do estado falimentar.....	265
11.1.	Introdução e conceito inicial	265
11.2.	O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar	267
11.3.	Sistemas de caracterização do estado falimentar.....	267
11.3.1.	A impontualidade e os atos de falência.....	268
11.3.2.	Outros critérios.....	268
11.4.	Pressupostos do estado falimentar.....	269
12.	A legitimidade ativa.....	271
12.1.	O credor legitimado a requerer a falência	271
12.2.	Natureza do crédito e do credor	271
12.3.	Credor empresário	272

12.4. Credor sem domicílio no Brasil.....	272
12.5. Credor com garantia real	272
12.6. Credor privilegiado fiscal.....	272
12.7. Credor privilegiado trabalhista	276
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário	276
12.9. Credor debenturista.....	278
12.10. Litisconsorte ativo.....	280
13. O sistema da impontualidade.....	281
13.1. A obrigação líquida e o título executivo.....	281
13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil ...	281
13.2.1. Aluguel	282
13.2.2. Cheque pré-datado.....	283
13.2.3. Contrato de caução – fiança bancária	283
13.2.4. Contrato de caução – fiança bancária, necessida- de de título.....	283
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos ban- cários	284
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços.....	284
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético	286
13.2.8. O crédito bancário rotativo	286
13.2.9. O contrato de câmbio	286
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis.....	287
13.4. O protesto.....	290
13.5. Do pedido com base no art. 94, I – documentos que devem acompanhá-lo	293
13.6. Da citação	294
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo	296
13.7.1. Depósito elisivo	297
13.7.2. Audiência de conciliação.....	298
13.7.3. Oposição e citação de sócios	298
13.8. O rito do art. 94, I	299
14. O sistema da impontualidade: a matéria de defesa	301
14.1. Defesas.....	301
14.2. Falsidade do título da obrigação	303
14.3. Prescrição.....	304
14.4. Nulidade de obrigação ou de título	307
14.4.1. Erro e ignorância	308
14.4.2. Dolo	309
14.4.3. Coação	310

14.4.4. Estado de perigo e lesão	310
14.4.5. Simulação	311
14.4.6. Fraude	313
14.4.7. Resumo gráfico.....	313
14.5. Pagamento da dívida.....	315
14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência	315
14.7. Vício em protesto ou seu instrumento.....	316
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação.....	316
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa.....	317
15. O sistema dos atos de falência	319
15.1. Prática de atos de falência.....	319
15.2. Execução frustrada.....	320
15.3. Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento	322
15.4. Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo	323
15.5. Trespasse de estabelecimento	325
15.5.1. Noção de estabelecimento empresarial	325
15.5.2. O conceito de Oscar Barreto Filho	326
15.5.3. Definição jurídica	327
15.5.4. Natureza jurídica	327
15.5.5. Elementos do estabelecimento empresarial.....	329
15.5.6. Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial	330
15.6. Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores	331
15.7. Ausência ou abandono de estabelecimento.....	331
15.8. Documentos que devem acompanhar o pedido	332
15.9. Do rito	333
15.10. O rito do art. 94, II.....	335
15.11. O rito do art. 94, III.....	335
16. O sistema da autofalência	337
16.1. A confissão da falência pelo devedor.....	337
16.2. Procedimento do art. 105	338
16.3. Natureza do pedido de autofalência.....	338

16.4. Natureza da dívida	338
16.5. Processamento do pedido	339
16.6. Legitimidade para o pedido	340
16.6.1. A representação do empresário individual ou da sociedade contratual.....	340
16.6.2. As sociedades por ações	341
16.6.3. O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o her- deiro	342
16.6.4. As instituições financeiras	342
16.7. Oposição e citação de sócios	343
16.8. Desistência do pedido	343
16.9. O rito do art. 105 – autofalência	344

PARTE II – DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O Juízo falimentar	347
17.1. Fixação da competência judicial.....	347
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo.....	349
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo	351
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimen- tar	352
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré.....	353
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência	354
17.2.5. Ações trabalhistas	354
17.2.6. Execuções fiscais.....	355
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa.....	356
17.2.8. Ações relativas a imóveis.....	356
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior	357
17.3. Prioridade dos atos e diligências judiciais	358
17.4. Resumo da matéria	358
18. A sentença falimentar.....	361
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra.....	361
18.2. Requisitos da sentença de falência	361
18.2.1. O relatório da sentença falimentar.....	362
18.2.2. A motivação da sentença	364

18.2.3. O dispositivo da sentença	364
18.2.3.1. Termo legal da falência	365
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial	369
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito ..	373
18.2.4. Outras determinações na sentença.....	374
18.3. Recursos contra a sentença falimentar.....	377
18.4. Efeitos da sentença denegatória.....	378
18.5. Indenização por dano material.....	378
18.6. Indenização por dano moral.....	380
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores.....	383
19.1. Principais efeitos.....	383
19.2. Suspensão do curso da prescrição.....	384
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores	385
19.4. Vencimento antecipado das dívidas	389
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais	391
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira ..	393
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado.....	394
19.5. Formação da massa de credores.....	395
19.5.1. Credores não concorrentes à falência	395
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito	400
19.6. Suspensão do direito de retenção.....	400
19.7. Suspensão da fluência de juros	402
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários	403
19.8.1. Credor de obrigação solidária.....	403
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas.....	404
19.8.3. Direito de regresso.....	404
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação solidária por outra	407
19.8.5. Direitos de codevedores solventes.....	408
19.9. Direitos dos credores na condução da falência.....	409
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes	411
20.1. Obrigações impostas ao falido.....	411
20.2. Obrigações consistentes em entrega	412
20.2.1. Entrega dos livros obrigatórios.....	413

20.2.2. Entrega dos bens, papéis, documentos e senhas	416
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao falido	417
20.3.1. A declaração do art. 104, I.....	418
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamento da falência	420
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca.....	421
20.5. Extensão das obrigações	422
20.6. Remuneração do falido	424
20.7. Restrições de direitos	424
20.8. Direitos atribuídos ao falido	425
21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida ...	427
21.1. Hipóteses de desapossamento	427
21.2. Natureza jurídica do desapossamento.....	428
21.3. Extensão do desapossamento.....	428
21.4. Exceções à regra	431
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução.....	431
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis	433
21.4.3. Os vestuários e pertences	434
21.4.4. Os vencimentos, os subsídios e as remunerações diversas.....	434
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.....	435
21.4.6. O seguro de vida	437
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas	437
21.4.8. A pequena propriedade rural.....	437
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas	438
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança..	438
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004	438
21.4.12. Bens móveis e imóveis de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia mantidos por entidades beneficentes	440

21.5. Tipos societários	440
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada	442
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios	443
22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contra- tos.....	447
22.1. Conceitos	448
22.2. Contratos bilaterais	448
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral	449
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes	449
22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes	449
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral ..	450
22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos	451
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência	452
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência – o cumprimento pelo administrador judicial	452
22.3.1. A regra especial na falência	452
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Co- mitê.....	453
22.3.3. A interpelação do administrador judicial.....	453
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial	455
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência	455
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato	457
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência.....	457
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contrata- da	458
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas	458
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido	459
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada	459
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio.....	462
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária.....	462
22.7.2. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento mercantil...	469
22.7.3. Contrato de <i>leasing</i> ou arrendamento de aerona- ve ou de suas partes.....	471

22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio	471
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo.....	472
22.9. Falência e contratos imobiliários	473
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso.....	473
22.9.2. Contratos de locação comercial.....	475
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária	476
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar	476
22.10.1. Contrato de conta-corrente	477
22.10.2. Compensação de dívidas	478
22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional	481
22.10.4. Mandato mercantil.....	482
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido	483
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação	485
22.10.7. Condomínio indivisível	485
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar.....	485
22.11.1. Contrato de trabalho	485
22.11.2. Contrato de franquia.....	486
22.12. Resumo gráfico	487

PARTE III – DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administração falimentar	493
23.1. A fase de administração falimentar.....	493
23.2. Etapas do processo principal	497
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar.....	497
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial.....	500
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores.....	507
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores.....	507
23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial	509
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório	510
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens.....	511
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores.....	514

23.2.9. Encerramento da falência	516
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido	517
24. Arrecadação e avaliação dos bens	519
24.1. A arrecadação de bens – conceitos.....	519
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens.....	520
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória	521
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público	522
24.5. O inventário de livros e bens	523
24.6. A arrecadação de bens imóveis	525
24.7. A arrecadação de bens incorpóreos	525
24.8. Bens não arrecadáveis	527
24.9. Bens penhorados ou de outra forma apreendidos.....	527
24.10. Venda antecipada	528
24.11. Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo	529
24.12. Avaliação em separado.....	530
25. A ação de restituição e os embargos de terceiro	533
25.1. O objeto do pedido de restituição.....	533
25.2. A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real.....	535
25.2.1. A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor.....	535
25.2.2. A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade	536
25.2.3. A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa.....	537
25.3. A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo	537
25.3.1. Compra com cheque pós-datado	538
25.4. A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio	538
25.5. A ação de restituição por contribuição previdenciária des- contada e não recolhida	539
25.6. Procedimento.....	540
25.7. Intervenção do Ministério Público	545
25.8. Liquidação da sentença	545
25.9. Honorários advocatícios, juros e atualização monetária	546
25.10. Os embargos de terceiro	546

26. As ações revocatórias	549
26.1. Noções	549
26.2. Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar	551
26.3. Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar.....	552
26.3.1. Atos praticados dentro do termo legal	553
26.3.2. Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência.....	557
26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal.....	558
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência	560
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130.....	562
26.5. Efeitos das ações revocatórias	563
26.6. Securitização de recebíveis.....	566
26.7. Processamento da ação revocatória	568
26.8. Medidas cautelares e recursos	571
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução	571
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76.....	572
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais	574
26.12. Atos fundados em decisão judicial	575
27. Procedimento liquidatório.....	577
27.1. A etapa de liquidação	577
27.2. A ordem de alienação	580
27.2.1. Sucessão do arrematante	581
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor.....	581
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes.....	585
27.3. Modalidades de alienações públicas.....	586
27.4. Impugnações.....	586
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda	587
27.6. A ordem de preferência dos credores	588
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado e os primeiros extraconcursais	591
27.7.1. Créditos com prioridade absoluta: às quantias referidas nos arts. 150 e 151 da LREF (art. 84, I-A).....	596

27.7.2. Créditos decorrentes de contrato de financiamento previsto no art. 69-A (art. 84, I-B)	597
27.7.3. Créditos prioritários decorrentes de restituição (art. 84, I-C)	598
27.7.4. Créditos decorrentes de remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes do trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência (art. 84, I-D)	598
27.7.5. Créditos decorrentes de atos jurídicos válidos durante a recuperação judicial (art. 84, I-E)	598
27.8. Os demais créditos extraconcursais	599
27.9. Créditos concursais ou concorrentes	603
27.9.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho	603
27.9.2. Créditos com direito real de garantia	605
27.9.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias	606
27.9.4. Créditos cuja classificação foi extinta na reforma da LREF em 2020	607
27.9.5. Créditos quirografários	612
27.9.6. Créditos subquirografários	612
27.9.7. Créditos subordinados	613
27.10. O pagamento aos credores	614
27.11. Pagamento de juros	619
27.12. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios	619
27.13. Resumo gráfico	619
27.14. O pagamento entre massas solidárias	621
27.15. A prestação de contas e o relatório final do administrador judicial	623
27.16. A sentença de encerramento	624

PARTE IV – DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal .	627
28.1. Extinção das obrigações	627
28.2. Extinção pelo pagamento	628
28.3. Extinção em decorrência da prescrição	629
28.4. Extinção pelo rateio	629

28.5. Extinção pelo encerramento regular da falência (art. 156) e na constatação de falência frustrada (art. 114-A)..	630
28.6. Procedimento de extinção.....	632
28.7. Reabilitação do condenado por crime falimentar.....	633

LIVRO IV

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NOS PROCESSOS FALIMENTARES-RECUPERATÓRIOS

29. Da insolvência transnacional	639
29.1. Disposições gerais	639
29.1.1. Adaptando a Lei Modelo da Uncitral	640
29.1.2. Definições dos instrumentos jurídicos e das pes- soas legitimadas	643
29.1.3. Regras de interpretação da norma jurídica	644
29.1.4. Fiscalização ministerial e competência constitu- cional do STJ.....	645
29.1.5. Destinatários da norma	646
29.1.6. Da competência interna	646
29.1.7. Da legitimidade	646
29.2. Do acesso à jurisdição brasileira.....	647
29.2.1. Da ordem de classificação dos créditos	647
29.2.2. Da comunicação dos atos judiciais.....	648
29.3. Do reconhecimento de processos estrangeiros	649
29.3.1. Do pedido	649
29.3.2. Da decisão de reconhecimento	652
29.3.3. Dos atos do representante estrangeiro e da tutela provisória	652
29.3.4. Efeitos do reconhecimento de processo estran- geiro principal	652
29.3.5. De outras medidas requeridas pelo representante estrangeiro.....	654
29.4. Da cooperação com autoridades e representantes estran- geiros	654
29.5. Dos processos concorrentes	655
29.5.1. Compatibilidade das medidas concedidas no Brasil	655
29.5.2. Dos efeitos falimentares transnacionais	656

LIVRO V

DISPOSIÇÕES PENAIS

30. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais	661
30.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar.....	661
30.2. A abolição do inquérito judicial.....	666
30.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva	666
30.2.2. O princípio da unicidade	666
30.3. A multiplicidade de vias investigatórias	669
30.3.1. Atos investigatórios	671
30.3.2. O laudo contábil	672
30.3.3. A intervenção dos credores concorrentes	673
30.3.4. A apuração dos fatos.....	674
30.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia.....	677
30.4. Da prescrição	677
30.5. Competência	678
30.6. Processo-crime.....	680
30.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo	681
30.8. Crimes relacionados à escrituração contábil.....	691
30.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especula- ção de lucro sobre os bens.....	692
30.10. Outros crimes.....	696

LIVRO VI

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

31. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária.....	701
31.1. Noções e conceitos	701
31.2. Conceito de instituição financeira.....	702
31.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquida- ção	704
31.4. Intervenção extrajudicial.....	704
31.4.1. Efeitos da intervenção	705
31.4.2. Procedimento administrativo	706
31.4.3. Declaração dos ex-administradores.....	707
31.4.4. Resumo do procedimento.....	709
31.5. Regime de administração especial temporária.....	710

31.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET.....	710
31.5.2. Procedimento.....	711
31.5.3. Relatório do conselho diretor.....	711
31.5.4. Resumo do procedimento.....	713
31.6. Liquidação extrajudicial.....	714
31.6.1. Efeitos do decreto de liquidação.....	714
31.6.2. A figura do liquidante.....	718
31.6.3. Procedimento.....	718
31.6.4. Modalidades de liquidação.....	720
31.6.5. Resumo do procedimento.....	721
31.7. Cessação dos regimes.....	722
31.8. Outros regimes especiais.....	724
32. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade.....	725
32.1. Do inquérito administrativo.....	725
32.2. Ações de arresto e ordinária.....	726
32.3. Indisponibilidade de bens.....	727
32.3.1. Indisponibilidade ordinária.....	727
32.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente.....	728
32.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle.....	728
32.3.4. Cessação da indisponibilidade.....	730
32.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto.....	730
32.4. Do conceito de administrador.....	731
32.5. Da responsabilidade dos administradores – teorias.....	732
32.5.1. Da responsabilidade objetiva.....	732
32.5.2. Posição intermediária.....	735
32.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida.....	736
<i>Referências.....</i>	737
<i>Índice onomástico.....</i>	753
<i>Índice da legislação mencionada.....</i>	757
<i>Índice alfabético-remissivo.....</i>	765